

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas N° 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

## **MENSAGEM**

**Exmº Sr. Presidente e demais Vereadores:**

Apresentamos a essa Colenda Casa o **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020**, deste Município, para apreciação e aprovação de Vs. Excias.

Retratamos as diretrizes básicas que nortearão a elaboração e execução do Orçamento-Programa do exercício de 2020, em conformidade com a legislação vigente e em especial com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Integram o presente projeto, anexos que servirão de parâmetros de estudos e elaboração do próximo orçamento.

Ao encaminhar a presente proposição, estamos certos de que essa Casa Legislativa a examinará com o habitual interesse, assegurando com a sua aprovação o esforço do Executivo no cumprimento dos seus compromissos para com a nossa Comunidade.

Valendo-nos do ensejo, apresentamos a Vossa Excelência e seus dignos pares o nosso melhor apreço.

Gabinete da Prefeita Municipal  
Santaluz, 15 de abril de 2019

  
QUITÉRIA CARNEIRO ARAÚJO  
Prefeita Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

## **PROJETO DE LEI Nº 1543 /2019 15 DE ABRIL DE 2019**

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ, DO ESTADO DA BAHIA, aprovou e eu, Prefeita deste Município, sanciono a seguinte Lei:

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Santaluz, para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62, 159, §2º e 160 §6º inciso II da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução do orçamento como também suas alterações;
- III - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- V - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VI - as disposições finais.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2020 da gestão administrativa são as especificadas nesta Lei, conforme abaixo:

- I - estudo e desenvolvimento de políticas socioeconômicas voltadas a segmentos mais carentes objetivando a inserção social desta parcela social, diminuindo as desigualdades e disparidades sociais;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

II - incentivo às produções agrícolas e pecuárias, base da economia local, objetivando promover o desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III - incentivo às associações e cooperativas, buscando promover o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda para os pequenos produtores.

IV - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, esporte, cultura, lazer e arte;

V - fortalecimento da política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, objetivando o desenvolvimento sustentável, focando a preservação da fauna e flora que se encontra em extinção.

VI - criação e aplicação de medidas com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

VII - transparência e austeridade na utilização dos recursos públicos, consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão, objetivando o desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade, de esferas de governo;

VIII - desenvolvimento institucional mediante a reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

IX - desapropriação, aquisição de imóveis tanto na zona Rural como na Urbana voltada à ampliação e desenvolvimento do ensino fundamental e da saúde pública, bem como para vias públicas e moradias;

X - ampliação de laboratórios de informática nas escolas, procurando modernizá-las e adaptando-as às reais necessidades da população;

XI - Incentivo as políticas voltadas ao ensino básico, desde aos profissionais do magistério, no tocante a remuneração e a sua requalificação; até reestruturação e conservação das instituições de ensino básico.

XII - desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança, adolescentes, jovens e adultos, como também investindo, em ações de melhoria física das unidades escolares e do acesso ao ensino.

XIII - ampliação e melhorias na infra-estrutura objetivando a acessibilidade aos serviços oferecidos por esta administração como saúde, educação, saneamento, habitação e Lazer a todos os munícipes.

XIV - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, procurando atender aos programas de doenças infectocontagiosas, saúde da família e agentes comunitários.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

XV – Criar fundo de fomento para desenvolvimento socioeconômico.

XVI – atender as demandas manutenção e investimentos de infraestrutura da sociedade tais como saneamento, esgotamento sanitário e pavimentação; principalmente aquelas famílias que ocupam área e zona de risco.

XVII – Implantação, ampliação e manutenção dos atendimentos na saúde relativos aos Programas e Estratégias aplicados nesta área.

XVIII – Implantações Políticas Sociais de apoio a infância e a adolescência.

XIX – Implementação de políticas públicas de apoio assistencial garantido os direitos constitucionais ao idoso, a criança, ao adolescente.

XX – Programar Ações que atendam aqueles que vivem abaixo na linha da pobreza.

**Art. 3º** - As metas para o exercício financeiro de 2020 estão especificadas no Anexo complementar ao Projeto de Lei do Plano Plurianual atinente ao quadriênio 2018-2021, as quais possuem precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

**§ 1º** – Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 será dada maior prioridade:

I – às políticas de inclusão social;

II – à austeridade na gestão dos recursos públicos; e

III – à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

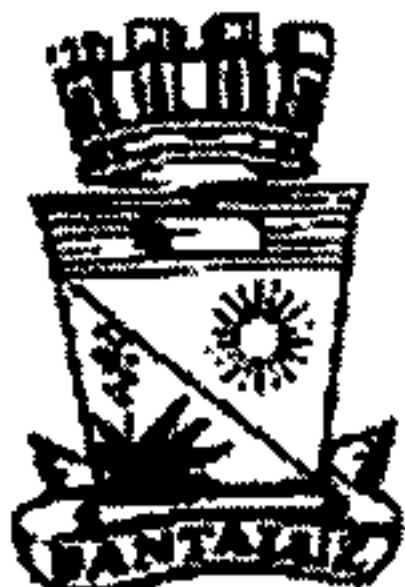
**§ 2º** - A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

**§ 3º** - As prioridades e metas poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2020 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

**§ 4º** - As Metas Fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2020 se verificadas, quando da sua elaboração, alterações que impactem na estimativa das receitas e despesas

## **CAPÍTULO II**

### **DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES.**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

## **Seção I**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 5º** - Para efeitos de entendimento da lei orçamentária, entende-se por :

I - Função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

II - Função "Encargos Especiais", engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como : dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

III - Subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

IV - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

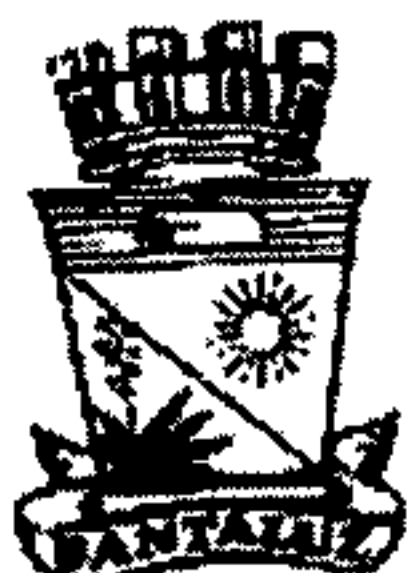
V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente.

VI - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo ;

VII - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação sob a forma de bens ou serviços.

VIII - Receita Corrente Líquida, somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 21 da Constituição Federal; e

IX - Despesa Total com Pessoal, o somatório dos gastos de cada Poder com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**Parágrafo Único** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**Art. 6º** - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância Legislação Vigente.

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos correntes e aplicações em despesas de capital.

**§1º** - As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

**§2º** - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos correntes e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

**Art. 7º** - Somente serão incluídas na proposta orçamentária financiada por recursos oriundos das operações de crédito mediante lei autorizativa do Poder Legislativo.

**Art. 8º** - A estimativa da receita e a fixação da despesa constante no projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

**Art. 9º** - O projeto de Lei Orçamentária do município para o exercício financeiro de 2020 deve assegurar o controle social e a transparência na elaboração do orçamento:

I - o princípio de controle social implica em assegurar o povo na participação da elaboração do orçamento, através de representantes no legislativo.

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o acesso da comunidade às informações relativas ao orçamento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**Art. 10º** - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II- será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III- não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

**§ 1º** - A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no *caput* deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente às prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

**§ 2º** - A programação da despesa à conta de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

## **Seção II**

### **Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Art. 11º** - Para fins desta Lei conceituam-se:

I - **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, atendendo as Normas Legais Vigentes.

II - **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

III - **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

IV - **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

V - **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerencial,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**VI - Alteração do Detalhamento da Despesa** - a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

**VII - reserva de contingência** - a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

**VIII - passivos contingentes** - questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

**IX - créditos adicionais** - as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

**X - crédito adicional suplementar** - as autorizações de despesas destinadas a reforçar programas, projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos grupos de despesa;

**XI - crédito adicional especial** - as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas a criação de novos programas, projetos ou atividades que não contemplados na Lei Orçamentária;

**XII - crédito adicional extraordinário** - as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

**Art. 12º** - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42 de 14/04/1999 do Ministério do Planejamento, da Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

**I - Classificação Institucional:**

- a) poder;
- b) órgão;
- c) entidade;
- d) unidade orçamentária;

**II - Classificação Funcional**

- a) função;
- b) subfunção;
- c) programa;
- d) projeto, atividade ou operação especial.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**Art. 13º** - O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**§ 1º** - A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do tesouro Municipal.

**§ 2º** - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, as Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06 e a Lei nº 11.494/07.

**Art. 14º** - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

**Parágrafo único** - O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) da receita de impostos e transferências em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, regulamentada pela lei 141/2012.

**Art. 15º** - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2019, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de lei, os seguintes anexos abaixo relacionados:

I - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - informações complementares.

**§ 1º** - Integrarão a Lei de Orçamento, atendendo aos princípios da unidade, universalidade e anualidade e conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I- sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

**§ 2º** - Os anexos relativos aos orçamentos: fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

II - do quadro da dívida fundada e fluante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2015;

III - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3(três) exercícios e sua projeção para os 3(três) subseqüentes;

IV - demonstrativo da Receita e Despesa segundo o Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

V - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6 a 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

**§ 3º** - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

**Art 16º** – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

**§ 1º** - Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

**§ 2º** - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 17º** – A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

**Art. 18º** - A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Legislação Vigente.

**Art. 19º** – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definida pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.394/96 e nº 9.424/96;

IX - de outras rendas.

**Art. 20º** - Nos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 12, inciso I e II, desta Lei.

**§ 1º** - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere a Legislação Vigente.

**§ 2º** - Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta orçamentária, como unidades orçamentárias.

**Art. 21º** - A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

## **Seção III**

### **Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações**

**Art. 22º** - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 30 de Julho de 2019, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendido os princípios constitucionais, estabelecidos a esse respeito.

**Parágrafo único** - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

II - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

**Art. 23º** - O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2019, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30, discriminada por órgão da administração



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II - tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e,
- VII - data do trânsito em julgado.

**§ 1º** - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.
- III - Fruto de acordos Judiciais entre as partes que represente ganho por parte da administração.

**Art. 24º** - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I - na forma das disposições constitucionais ;
- II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

**Art. 25º** - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
  - a) dotação para pessoal e seus encargos;
  - b) serviço da dívida.
- III - sejam relacionadas com:
  - a) a correção de erros ou omissões; ou
  - b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

**§ 1º** - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

III- em relação às alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, identificando cada uma das dotações modificadas com a indicação das alterações atribuídas;

IV- as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados na Lei de Orçamento, com indicação das fontes financiadoras e as denominações atribuídas;

V- quadro demonstrativo da manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas e a correspondência das fontes de recursos;

VI- as emendas individuais aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária integrarão a Proposta Orçamentária em anexo específica, e a execução do montante destinado às ações de saúde e educação será computada para fins do cumprimento dos limites constitucionais estabelecidos.

**§ 2º** - É vedada a inclusão de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento que anulem dotações provenientes de:

I- precatórios judiciais;

II- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB;

III- limite mínimo para área do ensino, estipulada pela Constituição Federal; IV - receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como a convênios, execução de programas especiais e operações de créditos;

V- receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI- limite mínimo para área de saúde, estipulada pela Emenda Constitucional nº 29;

VII- contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

**§ 3º** - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 26º** - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais.

**Art. 27º** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.

**Art. 28º** - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**Parágrafo único** - Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

**Art. 29º** - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 30º** - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD's relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, a categoria de programação da despesa ao nível de elemento de despesa e fonte de recurso.

**§ 2º** - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

**§ 3º** - Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitada, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

**§ 4º** - As fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, conforme Resolução 1.268/2008 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e alterações posteriores.

**Art. 31º** – Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 32º** – As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**Parágrafo único** - Acompanharão as propostas relativas aos créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

**Art. 33º** - Os créditos adicionais autorizados pelo Legislativo serão abertos e apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária e em conformidade aos preceitos estabelecidos no art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 1º** - Os créditos adicionais autorizados serão editados mediante Decreto do Executivo.

**§ 2º** - Não serão computadas, para efeito do limite previsto neste artigo, as alterações de analíticos, assim entendido o deslocamento parcial ou total de dotação, dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos, respeitados o grupo de despesa e a categoria econômica.

**§ 3º** - O Poder Executivo poderá, mediante abertura de créditos adicionais:

I- transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações no Programa de Trabalho, preservados a estrutura programática e o respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidades de aplicação;

II- incluir ou alterar categoria econômica e grupo de natureza da despesa em ações (projeto, atividade ou operação especial) constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, respeitados os objetivos dos mesmos;

**§ 4º** - Poderão ocorrer modificações orçamentárias no Orçamento Analítico que não se constituem créditos adicionais, quando alteradas fontes de recursos e modalidades de aplicação, desde que se mantenha inalterado o valor global constante do orçamento.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 34º** - No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal dos poderes Legislativo e Executivo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 35º** - Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

**Parágrafo único** – A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**Art. 36º** – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**Parágrafo único** – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam assessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

**Art. 37º** - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2020, com base nas despesas executadas até o mês de julho de 2019, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

**§ 1º** – A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**§ 2º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

**§ 3º** – Para fins deste artigo entende-se como receita corrente líquida o disposto no art. 5º, inciso VIII desta Lei.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**Art. 38º** - No exercício financeiro de 2020, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, fica autorizado nesta Lei, à criação de cargos ou alteração na estrutura de carreira de pessoal a qualquer título, pelos órgãos da administração direta e indireta, a concessão de vantagem ou aumento de remuneração e a admissão de servidores, com o seguinte condicionamento:

- I – existirem cargos vagos a preencher;
- II – houver necessidade de ampliação do quadro de servidores;
- III – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
- IV – forem observados os limites previstos no artigo anterior.

**Art. 39º** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 37 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

**Parágrafo único** - Se à despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra.

**Art. 40º** – Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 37, sem prejuízo das medidas previstas no art. 37 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos § 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

**§1º** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**§2º** - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

**§3º** - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

- I - receber transferências voluntárias;
- II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

**§ 4º** - As restrições do §3º aplica-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder.

**Art. 41º** - Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
- II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 37 desta Lei.

**Parágrafo único** - O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

**Art. 42º** - O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I - educação;
- II - saúde;
- III- meio ambiente;
- IV- fiscalização fazendária;
- V- representação judicial e extrajudicial do Município;
- VI- serviços técnico-administrativos;
- VII- serviços socio assistenciais;
- VIII - transporte e trânsito;
- IX- ordem pública;
- X- gestão pública e planejamento governamental; XI - obras e infraestrutura;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS**

**Art. 43º** - Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;
- IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária.

**Art. 44º** - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüentemente aumento das receitas próprias.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL**

#### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 45º** - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

**Art. 46º** - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas, presente no corpo da Lei Complementar 101/2000, destacando os seguintes focos:

- I - ao endividamento público;
- II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP: 48.880-000 - Fone 3265-2386

IV - à administração e gestão financeira.

**Art. 47º** - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

**Art. 48º** - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo único** - Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.648/98.

## **Seção II**

### **Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

**Art. 49º** - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

**§ 1º** - A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40 do Senado Federal, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

**§ 2º** - A dívida consolidada líquida compreende a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

**§ 3º** - O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2001, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40 do Senado Federal.

**Art. 50º** - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**§ 1º** - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

**§ 2º** - O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal.

**Art. 51º** - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 52º** - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 53º** - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

**Parágrafo único** - Entende-se por Unidade Orçamentária qualquer órgão, fundo especial e entidades da Administração Pública Municipal contemplados com crédito/dotação no orçamento.

**Art. 54º** - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2020, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - amortização e encargos da dívida;
- III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;
- IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V - contrapartida de Convênios Especiais.

**Parágrafo único** - Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas N° 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

**Art. 55°** - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no Art. 8° da Lei Complementar 101/2000.

**Art 56°** - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

**Art. 57°** - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**Art. 58°** - O Poder Executivo fica autorizado a fornecer transporte a alunos do Município, que estejam matriculados e frequentando cursos universitários em outras cidades.

**Art. 59°** - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

**§ 1°** - A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

**§ 2°** - Não estarão sujeitas à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II - serviços da dívida;
- III - decorrentes de financiamentos;
- IV - decorrentes de convênios;
- V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

**§ 3°** - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput*, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

**Art. 60°** - A Lei Orçamentária conterà no orçamento fiscal "Reserva de Contingência", em montante equivalente a até 0,5% (cinco décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, apurada nos termos do inciso III, alínea b, do art. 5° da Lei Complementar Federal nº 101/00, a ser utilizada no atendimento a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme preconizado na alínea "b" do inciso III do art. 5° do referido dispositivo legal, inclusive



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

Rua Getúlio Vargas Nº 690 - Centro - CEP.: 48.880-000 - Fone 3265-2386

na abertura de créditos adicionais.

**Art. 61º.** Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2020 ao Legislativo Municipal.

**Parágrafo único.** Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária/2020.

**Art. 62º** – Integrarão a presente Lei os Anexos:

- I - Prioridades e Ações Administrativas;
- II - Metas Fiscais.
- III - Riscos Fiscais.

**Parágrafo único** – Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

**Art. 63º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2020.

**Art. 64º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Santaluz, em 15 de Abril de 2019.

  
**QUITÉRIA CARNEIRO ARAÚJO**  
Prefeita Municipal



# ANEXOS





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

**PROGRAMA: LEGISLATIVO FORTE**

**OBJETIVO:** Exercer o Direito de Fiscalização da boa aplicação e zelo do Patrimônio Municipal.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Reequipamento da Câmara	Aquisição de equipamentos	(Inciso VIII, art. 2º desta lei)
Contratação de pessoal especializados	Serviços especializados	(Inciso VIII, art. 2º desta lei)
Gestão de Recursos Humanos, serviços gerais e manutenção do patrimônio movel e imovel a disposição da câmara	Manutenção das atividades desenvolvidas pela Camara	(Inciso VIII, art. 2º desta lei)
Recuperação e Ampliação nas Instalações do Prédio do Legislativo	Manter ou Ampliar as Instalações do Prédio do Legislativo Municipal procurando atender a Demanda Local	(Inciso VIII, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

**PROGRAMA: GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E RESPONSÁVEL**

**OBJETIVO:** Desenvolvimento das Atividades de Coordenação Administrativa

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Integrar os serviços entre Secretarias afim de proporcionar uma melhor harmonia desempenho da administração municipal	Contratação de consultores, Treinamento a equipe técnica do município e aquisição de equipamentos	(inciso VIII, art. 2º desta lei)
Valorização do recursos humanos do município, incentivando a melhoria na qualidade nos serviços oferecidos a população.	Realização de Cursos, Palestras e Treinamentos em parceria com Órgãos Estaduais e Federais.	(inciso VIII, art. 2º desta lei)
Criação da Ouvidoria afim de detectar falhas do serviço público oferecido a população	Implantação do Departamento	(inciso VIII, art. 2º desta lei)
Reequipamento do Gabinete	Aquisição de Equipamentos	(inciso VIII, art. 2º desta lei)
Ampliação das Instalações do Executivo Municipal	Aquisição de Imóveis ou Construção de Prédios Municipais afim de atender a demanda	(inciso VIII, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

**PROGRAMA: SANTALUZ É MAIS CULTURA ESPORTE E LAZER**

**OBJETIVO:** Promover os festejos eventos populares, dando continuidade às tradições do município.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Promoção de festas culturais, religiosas e tradicionais do Município.	Incentivo e Fortalecimento das atividades Culturais, Religiosas e Tradicionais do Município.	(Inciso IV, art. 2º desta lei)
Apoio aos Grupos culturais, artísticos e religiosos do Município	Incentivo aos grupos culturais, religiosos e artísticos, promovendo a divulgação das riquezas culturais do nosso município.	(Inciso IV, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

**PROGRAMA:** GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E RESPONSÁVEL

**OBJETIVO:** Desenvolvimento das Atividades Administrativas

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Intensificação da cobrança da dívida ativa de tributos dos contribuintes cadastrados, com redução da dívida em 50%	Integrar setor de tributos com a procuradoria jurídica para a efetiva cobrança	(Inciso VI, art. 2º desta Lei)
Reequipamento da administração.	Aquisição de moveis e equipamentos.	(Inciso VIII, art. 2º desta Lei)
Modernização da administração municipal elevando a qualidade dos serviços públicos.	Informatização da administração e treinamento dos servidores desta administração	(Inciso VIII, art. 2º desta Lei)
Implementação do sistema de controle interno	Treinamento dos recursos humanos para elaboração de manuais e papéis de trabalho	(Inciso VIII, art. 2º desta Lei)
Gerenciamento, aperfeiçoamento e capacitação de Recursos Humanos	Realização de convênios com instituições privadas e públicas para a realização de aperfeiçoamento de pessoal	(Inciso VIII, art. 2º desta Lei)
Gerenciamento das ações de administração-financeira e desenvolvimento municipal	Manutenção dos serviços prestados juntos aos municípios	(Inciso VIII, art. 2º desta Lei)
Reserva de Contingência para Atendimento do Passivo contingente e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.	Atendimento do Passivo Contingente	(Inciso VII, art. 2º desta Lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas para 2020

### PROGRAMA: EDUCAÇÃO FORTALECIDA E COM QUALIDADE

OBJETIVO: Melhorar e Aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades curriculares do Ensino Básico

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Desapropriação e aquisição de imóvel na zona rural e urbana	Desapropriar, adquirir imóveis para a ampliação da rede do ensino fundamental	(Inciso IX, art. 2º desta Lei)
Ampliação do programa de Transporte escolar	Elaboração de Projetos e estudos para aquisição de Equipamentos ou serviços junto a outras esferas de Governo	(Inciso XII, art. 2º desta Lei)
Informatização da rede escolar municipal	Aquisição de máquinas para a ampliação e informatização da rede municipal de ensino	(Inciso X, art. 2º desta lei)
Gerenciamento das Ações do ensino infantil	Desenvolvimento e manutenção do ensino infantil nas escolas deste município	(Inciso XII, art. 2º desta lei)
Gerenciamento das Ações do ensino fundamental	Desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental	(Inciso XII, art. 2º desta lei)
Aquisição de Equipamentos de Informática para as escolas do município, junto ao Ministério da Educação e Cultura	Elaboração de Projetos e estudos para aquisição de Equipamentos junto a outras esferas de Governo	(Inciso XII, art. 2º desta lei)
Aquisição de Veículos para transporte exclusivo de professores e alunos	Elaboração de Projetos e estudos para aquisição de Equipamentos junto a outras esferas de Governo	(Inciso XII, art. 2º desta Lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: EDUCAÇÃO FORTALECIDA E COM QUALIDADE

**OBJETIVO:** Melhorar e Aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades curriculares do Ensino Básico

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Construir, ampliar e reformar unidades escolares	Construção e reforma das unidades escolares deste município.	(inciso XII, art. 2º desta lei)
Reduzir o nível de analfabetismo da população maior de 15 anos escolarizando Jovens e Adultos	Instituir o programa para alfabetização de Jovens e Adultos, reduzindo o índice de analfabetismo do nosso município	(inciso XII, art. 2º desta lei)
Controle e acompanhamento da distribuição de material didático e merenda escolar	Implantação de sistemas de gerenciamento e de controles.	(inciso XII, art. 2º desta lei)
Reequipamento do ensino Básico	Aquisição de equipamentos para as unidades escolares do ensino Básico	(inciso XII, art. 2º desta lei)
Programa de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, quadro do magisterio municipal	Criação e manutenção do centro de treinamento para os profissionais deste município.	(inciso XI, art. 2º desta lei)
Valorização dos Professores do Ensino Básico	Desenvolvimento do Ensino Básico	(inciso XI, art. 2º desta lei)
Apoio a Cursos Técnicos	Qualificação da Mão de Obra do Jovem de Santaluz	(inciso XI, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: SANTALUZ É MAIS CULTURA ESPORTE E LAZER

OBJETIVO: implantação de Biblioteca Municipal proporcionando a população estudantil acesso facilitado ao conhecimento.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Implantação da Biblioteca Municipal	Construção ou aquisição de imóvel para implantar a Biblioteca	(Inciso IV, art. 2º desta lei)
Implantação da Biblioteca Municipal	Elaborar projetos de parcerias com órgãos da administração pública Federal e Estadual	(inciso IV, art. 2º desta lei)
Aquisição de acervos de livros e computadores ligados a internet	Elaborar projetos de parcerias com órgãos da administração pública Federal e Estadual	(inciso IV, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: SANTALUZ É MAIS CULTURA ESPORTE E LAZER

**OBJETIVO:** Proporcionar meios de desenvolvimento da atividade esportiva e recreativa a população, mantendo as praças do desporto amador em condições de sua prática.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Promoção de Campeonatos de Futebol e Atividades Esportivas	Junto a iniciativa privada e órgãos do estado e da união realização de atividades esportivas	(inciso IV, art. 2º desta lei)
Construção de Quadras Poliesportivas	Elaboração de Projetos e Estudos par conseguirmos Convênios com as Esferas Estadual e Federal .	(inciso IV, art. 2º desta lei)
Apoio ao esporte amador	Atraves de Convênios com as Instituições Municipais Federadas, fortaleceremos as atividades desportivas realizadas no municipio.	(inciso IV, art. 2º desta lei)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA : SANTALUZ SAUDÁVEL

OBJETIVO : Aprimorar os Procedimentos de Atendimento as Ações de Saúde a População.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Gerenciamento das ações de saúde	Manutenção das atividades desenvolvida pela secretaria de saúde	(Inciso XIV, desta lei)
Implantação de unidades de saúde	Ampiar o número de unidades de Saúde	(Inciso XIV, desta lei)
Implementação da Assistência Farmaceutica	Através de convênios com organizações de Saúde do estado, da união e fundações procurar implementar	(Inciso XIV, desta lei)
Recuperação física e operacional de unidades de saúde	Melhoramento nas condições físicas das unidades saúde.	(Inciso XIV, desta lei)
Implantação dos programas de Hipertensão e Diabétes	Desenvolvimento de programas específicos procurando atender a esta parcela de pacientes.	(Inciso XIV, desta lei)
Informatização dos serviços de saúde	Desenvolver projetos para conseguir recursos junto ao estado e a União.	(Inciso XIV, desta lei)
Implementação do Programa de Saúde Bucal nos centros de Saúde	Através Do programa de Saúde bucal com a União, será implementado nas unidades de saúde.	(Inciso XIV, desta lei)
Construção, Ampliação e manutenção de Centros de Saúde para atendimento do programa Saúde da Família	Construir e centros de saúde para implantação do Programa de Saúde da Família.	(Inciso XIV, desta lei)
Melhoria no Prog de Saude Da Família	Promover Melhorias no Programa de Saude da Família procurando integração do serviço oferecido com a Comunidade	(Inciso XIV, desta lei)
Atendimentos ao programa de Tuberculose, dengue, esquistossomose, chagas e Vigilância Ambiental	Implementar ao atendimento realizado nos centros e unidades de saúde no município.	(Inciso XIV, desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

**PROGRAMA: SANTALUZ SAUDÁVEL**

**OBJETIVO:** Aprimorar os Procedimentos de Atendimento as Ações de Saúde a População.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Implantação do programa da saúde da mulher e preventivo ao câncer	Assistência médica as mulheres	(inciso XIV, desta lei)
Ampliação das ações de vigilância sanitária e epidemiológica	Intensificação nas fiscalizações e trabalhar no aumento da concientização da população	(inciso XIV, desta lei)
Reduzir os índices de parasitoses e demais afecções originadas por deficiência de condições de saneamento	Melhorias Habitacionais.	(inciso XIV, desta lei)
Reequipamento e manutenção nos serviços de saúde	Aquisição de novos equipamentos.	(inciso XIV, desta lei)
Ampliação e acesso da população ao atendimento básico priorizando a atenção à saúde da criança e da mulher.	Além da abertura de novas unidades de saúde, contratações de profissionais da área de Saúde	(inciso XIV, desta lei)
Reduzir o índice de mortalidade infantil em menores de um ano de idade	Acompanhamento no Pré - Natal e oferecendo um melhor acompanhamento nos postos de Saúde.	(inciso XIV, desta lei)
Gerenciamento da unidades de saúde	Manutenção das atividades desenvolvida pelas unidades de saude deste municipio.	(inciso XIV, desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: EDUCAÇÃO FORTALECIDA E COM QUALIDADE

**OBJETIVO:** Construir e Manter Creches atendendo a Crianças com faixa etária não escolar ,como também atender a crianças com idade escolar de famílias carentes,assegurando-o o direito a Educação,erradicando o trabalho infantil

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Construção e Manutenção de Creches	Construir e manter os serviços de creche,atraves de convenios com as esferas Federal,Estadual e Outras Organizações.	(Inciso I,art. 2º desta lei)
Erradicar o Trabalho Infantil	Atraves de convênios com órgãos federais,estaduais e organizações.	(Inciso I,art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

**PROGRAMA: ASSISTENCIA SOCIAL, GARANTINDO DIREITOS VALORIZANDO AVIDA**

**OBJETIVO :** Atender a idosos e a jovens assegurando o direito a cidadania e uma melhor qualidade de vida

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Implantação do centro de capacitação de jovens	Atraves de convênios com órgãos federais, estaduais e organizações almejaremos a criação de um centro de capacitação	(inciso I, art. 2º desta lei)
Gerenciamento das Ações	Manutenção das atividades desenvolvidas por esta secretaria.	(inciso I, art. 2º desta lei)
Apoio aos Conselhos	Manutenção e apoio aos conselho deste Município.	(inciso I, art. 2º desta lei)
Criação de centro apoio ao portador de deficiência física e mental	Implantação de centro dando apoio a esses deficientes para integração social.	(inciso I, art. 2º desta lei)
Criação da casa de apoio de acolhimento a menor idade	Implantação de casa dando apoio ao menor	(inciso I, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: ASSISTENCIA SOCIAL, GARANTINDO DIREITOS VALORIZANDO AVIDA

OBJETIVO : Proporcionar a todos cidadãos carentes de santaluz o direito a cidadania

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Distribuição de Cestas Básicas	Atraves de cadastros e levantamentos realizados pela secretaria de Ação Social do municipio realizaremos a distribuição de cestas basicas	(Inciso I, art. 2º desta lei)
Melhoria Habitacional	Aquisição e construção de casas para familias carentes	(Inciso I, art. 2º desta lei)
Apoio a projetos sociais	Incentivo a programas e projetos de iniciativa das comunidades carentes.	(Inciso I, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: Dotar o Município de meios para o desenvolvimento dos programas de Infraestrutura, Serviços Urbanos e Agricultura e Meio Ambiente

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Iluminação Pública	Manter e ampliar a rede de Iluminação Pública no Município tanto na Sede como Distrito	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Limpeza Pública	Manter os serviços de limpeza pública	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Ampliação da Eletrificação Rural	Através de projetos e estudos viabilizar recursos junto a órgãos Federais e Estaduais para a ampliação da Iluminação Pública na zona rural	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Ampliação e recuperação de estradas vicinais	Elaboração de Projetos e estudos para viabilizar recursos junto a órgão Federais e Estaduais para a Ampliação e Recuperação de Estradas	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Ampliação do sistema de abastecimento de água	Elaboração de Projetos e estudos para viabilizar recursos junto a órgão Federais e Estaduais para a Ampliação do sistema de água	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Ampliação e manutenção da rede de esgotamento sanitário	Estudos Elaborados e catalogados para encaminhamento com projeto para angariar recursos junto a Órgãos Federais e Estaduais	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Desapropriação e aquisição de áreas e Imóveis	Desapropriação de áreas para utilização pelo poder público para benefício da comunidade	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL SUSTENTÁVEL/ECONOMIA E RENDA SOLIDARIA

OBJETIVO: Dotar o Município de meios para o desenvolvimento dos programas da secretaria de Infraestrutura, Serviços Urbanos e Agricultura e Meio Ambiente

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Construção e reforma de Casas de Farinhas comunitaria	Elaborar projetos e estudos afim de viabilizar convênios com outras esferas de governo, associações e organizações para construir	(inciso II e III, art. 2º desta lei)
Tratamento de Esgostos	Elaborar projetos e estudos afim de viabilizar convênios com outras esferas de governo, associações e organizações para construir a estação de tratamento de esgoto	(inciso XIII, art. 2º desta lei)
Construção e recuperação de Aguadas	Construir barragens, aguadas e perfurações de poços Artesianos	(inciso XIII, art. 2º desta lei)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: Dotar o Município de meios para o desenvolvimento dos programas de Infraestrutura, Serviços Urbanos e Agricultura e Meio Ambiente.

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei. (Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Planejamento, execução, gerenciamento e manutenção de vias Públicas	Manutenção e conservação das vias públicas	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Gerenciamento das ações e manutenção dos serviços e atividade	Gerenciamento dos serviços realizados por esta unidade.	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Promover o preservação do meio ambiente, e melhorias nos serviços de limpeza pública do município	Desenvolver ações de preservação ao meio ambiente e de coleta seletiva do lixo, com implantação de aterro sanitário	(Inciso V, art. 2º desta lei)
Pavimentação da Ruas e Logradouros Públicos	Pavimentação de ruas e logradouros públicos com melhoria do aspecto urbanístico da cidade e distritos	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Construção e recuperação de praças	Elaboração de projetos para celebração de convênios	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Passagem Molhada	Construção de Passagens Molhadas na Zona Rural do Município	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)
Construção e Reforma de Centros de Abastecimento	Elaborar projetos e estudos afim de viabilizar convênios com outras esferas de governo, associações e organizações para construir	(Inciso XIII, art. 2º desta lei)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO I

(Art. 165, § 2º da C.F.)

## Prioridades e Metas Para 2020

### PROGRAMA: ECONOMIA E RENDA SOLIDARIA

OBJETIVO: Proporcionar aos pequenos produtores e agricultores meios de melhorar a produtividade

METAS	AÇÕES	Adequação com as prioridades estabelecidas no art. 2º desta Lei.
Acesso a Tecnologias	Elaborar projetos e estudos afim de viabilizar convênios com outras esferas de governo, associações e organizações para facilitar p acesso	(Inciso II e III, art. 2º desta lei)
Criação da Escola Técnica Agrícola	Elaborar projetos e estudos afim de viabilizar convênios com outras esferas de governo, associações e organizações para criação	(Inciso II e III, art. 2º desta lei)
Celebração de Convenios com assossiações e cooperativas para produção agropecuaria	Incentivo a criação de assossiações e cooperativas afim de no sistema de parcerias incrementar o desenvolvimento econômico	(Inciso II e III, art. 2º desta lei)
Melhoramento da Agricultura	Elaborar projetos e estudos afim de viabilizar convênios com outras esferas de governo, associações e organizações para incrementar a produção agrícola	(Inciso II e III, art. 2º desta lei)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% RCL (c / RCL) x 100
	Recetta Total	84.986.740,00	81.718.019,23	102,38	92.720.637,00	85.932.008,34	111,07	99.657.958,00	89.023.042,75
Recetas Primárias (I)	84.220.333,00	80.981.089,42	101,46	91.935.139,00	85.204.021,32	110,13	98.831.798,00	88.285.045,73	117,74
Despesa Total	84.986.740,00	81.718.019,23	102,38	92.720.637,00	85.932.008,34	111,07	99.657.958,00	89.023.042,75	118,72
Despesas Primárias (II)	83.721.740,00	80.501.673,08	100,86	91.450.637,00	84.754.992,59	109,55	98.382.958,00	87.884.103,31	117,20
Resultado Primário (III) = (I - II)	498.593,00	479.416,35	0,60	484.502,00	449.028,73	0,58	448.840,00	400.942,42	0,53
Resultado Nominal	2.636.663,57	2.535.253,43	3,18	750.298,41	695.364,61	0,90	1.149.246,54	1.026.605,66	1,37
Dívida Pública Consolidada	23.384.329,92	22.484.932,62	28,17	22.119.329,92	20.499.842,37	26,50	20.854.329,92	18.628.877,63	24,84
Dívida Consolidada Líquida	4.713.119,42	4.531.845,59	5,68	2.813.574,47	2.607.575,97	3,37	2.813.574,47	2.513.326,23	3,35

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, dos exercícios 2017 a 2018 e LOA 201 e PIB - Estado - Município

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
PIB - Real (Crescimento % Anual)	0,001	0,001	0,001
RCL - Projetada	83.011.940,00	83.476.215,29	83.943.087,21
Inflação Média (% Anual)	4,00	3,75	3,75



PRFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	85.263.000	103,31	77.349.235	100,00	-7.913.765	(9,28)
Receitas Primárias (I)	84.114.000	101,92	76.717.807	99,18	-7.396.193	(8,79)
Despesa Total	85.263.000	103,31	79.004.823	102,14	-6.258.177	(7,34)
Despesas Primárias (II)	83.853.000	101,60	77.761.399	100,53	-6.091.601	(7,26)
Resultado Primário (III) = (I-II)	261.000	0,32	-1.043.593	(1,35)	-1.304.593	(499,84)
Resultado Nominal	1.400.000	1,70	-5.730.614	(7,41)	-7.130.614	(509,33)
Dívida Pública Consolidada	20.480.262	24,81	25.899.330	33,48	5.419.068	26,46
Dívida Consolidada Líquida	264.947	0,32	7.395.561	9,56	7.130.614	2.691,34

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

VARIÁVEIS	2018
RCL - Prevista	82.533.000
RCL - Realizada	77.349.235



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	71.273.757	77.349.235	8,52	89.660.000	15,92	84.986.740	(5,21)	92.720.637	9,10	99.657.958	7,48
Receitas Primárias (I)	70.192.737	76.717.807	9,30	88.576.100	15,46	84.220.333	(4,92)	91.935.139	9,16	98.831.798	7,50
Despesa Total	64.697.859	79.004.823	22,11	89.660.000	13,49	84.986.740	(5,21)	92.720.637	9,10	99.657.958	7,48
Despesas Primárias (II)	63.460.006	77.761.399	22,54	88.400.000	13,68	83.721.740	(5,29)	91.450.637	9,23	98.382.958	7,58
Resultado Primário (III) = (I - II)	6.732.731	-1.043.593	(115,50)	176.100	(116,87)	498.593	183,13	484.502	(2,83)	448.840	(7,36)
Resultado Nominal	6.825.678	-5.730.614	(183,96)	45.778	(100,80)	2.636.664	5.659,72	750.298	(71,54)	1.149.247	53,17
Dívida Pública Consolidada	21.880.262	25.899.330	18,37	24.644.330	(4,85)	23.384.330	(5,11)	22.119.330	(5,41)	20.854.330	(5,72)
Dívida Consolidada Líquida	1.664.947	7.395.561	344,19	7.349.783	(0,62)	4.713.119	(35,87)	750.298	(84,08)	1.149.247	53,17

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021*	%	2022	%
Receita Total	76.948.752	80.489.614	4,60	89.660.000	11,39	81.718.019	(8,86)	89.026.056	8,94	89.023.043	(0,00)
Receitas Primárias (I)	75.781.658	79.832.550	5,35	88.576.100	10,95	80.981.089	(8,57)	88.271.857	9,00	88.285.046	0,01
Despesa Total	69.849.264	82.212.419	17,70	89.660.000	9,06	81.718.019	(8,86)	89.026.056	8,94	89.023.043	(0,00)
Despesas Primárias (II)	68.512.850	80.918.512	18,11	88.400.000	9,25	80.501.673	(8,93)	87.806.661	9,07	87.884.103	0,09
Resultado Primário (III) = (I - II)	7.268.808	-1.085.963	(114,94)	176.100	(116,22)	479.416	172,24	465.196	(2,97)	400.942	(13,81)
Resultado Nominal	7.369.155	-5.963.276	(180,92)	45.778	(100,77)	2.535.253	5.438,19	720.402	(71,58)	1.026.606	42,50
Dívida Pública Consolidada	23.622.424	26.950.843	14,09	24.644.330	(8,56)	22.484.933	(8,76)	21.237.955	(5,55)	18.628.878	(12,28)
Dívida Consolidada Líquida	1.797.514	7.695.820	328,14	7.349.783	(4,50)	4.531.846	(38,34)	720.402	(84,10)	1.026.606	42,50

FCNTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, dos exercícios 2017 e 2018 e LOA 2019

EXERCÍCIO	ÍNDICES DE INFLAÇÃO		
	2017	2018/2019*	2020*
IPCA(%)	2,95	3,75	4,06
*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE/Banco Central		4,00	3,75
			2021*
			2022*
			3,75



PEFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>			
2018 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	0,00	0,00	0,00
2017 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)			
2016 (i) = (Ic - IIIj)			
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, do balanço 2016 A 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2016	2017	2018
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO (V)</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA (VI)</b>			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>			
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)<sup>2</sup></b>			
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
VALOR			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			

MUNICÍPIO VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA

MUNICÍPIO VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA

Outros Aportes para o RPPS  
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

**PLANO FINANCEIRO**

<b>RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (IX)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receitas de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (X)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS (XI) = (IX + X)</b>			

**MUNICIPIO VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA**

<b>DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (XII)</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA (XIII)</b>			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)</b>			

**MUNICIPIO VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA**

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias</b>	<b>Despesas Previdenciárias</b>	<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício</b>
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)

<b>PLANO FINANCEIRO</b>				
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias</b>	<b>Despesas Previdenciárias</b>	<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício</b>
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)



---

FONTE:

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2020	2021	
<b>TOTAL</b>					

FONTE:

Nota Explicativa:

Não há previsão de Renúncia de Receita



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE:

Nota Explicativa:

O Município não prevê alteração legal



**PRFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

***Art. 4º, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000***

A fim de prover transparência na apuração dos resultados fiscais dos governos a Lei Complementar nº101, de 4 de Maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO deve conter Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar negativamente as contas públicas e, conseqüentemente, as metas fiscais estabelecidas em lei.

Os passivos contingentes são obrigações que surgem em função de acontecimentos futuros e incertos e não totalmente sob controle da municipalidade, ou de fatos passados ainda não reconhecidos. Já os outros riscos envolvem, principalmente, alterações do cenário macroeconômico.

De forma a estruturar a análise, serão utilizadas duas categorias: riscos de caráter orçamentário e riscos vinculados a dívidas, que incluem os precatórios.

Os riscos classificados como orçamentários compreendem-se na possibilidade da não confirmação das Receitas estimadas ou a Despesas fixadas no ato da elaboração da peça Orçamentária motivadas por fatos imprevisíveis, entretanto o Banco Central projeta um cenário mais ameno para o ano de 2020 com a inflação controlada e um tímido crescimento de 2,58% no Produto Interno Bruto (PIB) com tudo não podemos deixar de especular um cenário contrário ao esperado.

As contingências passivas são decorrentes de novas obrigações resultantes de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de acontecimentos futuros e não totalmente sob o controle da municipalidade ou uma obrigação presente derivada de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por ser improvável a necessidade de liquidação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Eventuais decisões judiciais desfavoráveis ao Município aumentam, por exemplo, o estoque de precatórios, representando risco.

Uma das principais despesas obrigatórias em termos de valores são as despesas com pessoal e encargos sociais dos servidores civis do Município, que conforme previsto pelo Governo Federal deve propor um salário mínimo no valor de R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais) que será incluído na Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2020 um impacto de 4,21% no aumento das despesa do Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>PROVIDÊNCIAS</b>
Descrição	Descrição
Demanda em Processo de Reconhecimento	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência
Avais e Garantias Concedidas	
Assunção de Passivos	
Assistências Diversas	
Outros Passivos Contingentes	

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>	<b>PROVIDÊNCIAS</b>
Descrição	Descrição
Frustração de Arrecadação	Limitação de Empenho
Restituição de Tributos a Maior	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias e da Reserva de Contingência
Discrepância de Projeções:	
Outros Riscos Fiscais	Limitação de Empenho, abertura de créditos adicionais a partir da redução de despesa discricionária e da Reserva de Contingência



**PRFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019**  
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

***Art. 4º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000***

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas anuais para o período que compreende os exercícios financeiros de 2020, 2021 e 2022, levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de 2017, 2018 bem como a projetada até o final do exercício de 2019.

Foram acolhidos para a correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA conforme levantamento feito junto ao Banco Central e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrados nos exercícios de 2017 e 2018 e projetado para os Exercícios de 2019 a 2022. O Produto Interno Bruto (PIB) utilizado foi o do Município equivalente a 0,001 do PIB do Estado da Bahia.

A aplicação dos métodos de projeção levaram em consideração a oscilação das Receitas que compreendem o período de 2017 a 2018, sendo aplicada nestas o respectivo Índice de Preço.

As Receitas do exercício de 2019 foram projetadas utilizando-se o comportamento das mesmas nos últimos doze meses até a competência Março do corrente exercício.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METAS FISCAIS - 2020**

Anexo II - Parte I (Art 4º, § 1º da L.C 101/00)

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	77.592.018,82	84.327.279,05	95.143.000,00	91.072.402,00	98.878.596,00	106.395.364,00
RECEITA CORRENTE AJUSTADA (A)	76.510.998,28	83.695.850,45	94.169.100,00	90.415.995,00	98.203.098,00	105.679.204,00
Recarga Tributária	4.105.124,24	5.051.550,90	5.314.810,00	5.219.087,00	5.644.403,00	6.047.089,00
Recarga de Contribuição	484.658,43	558.443,06	890.000,00	644.050,00	699.547,00	752.113,00
Recarga Patrimonial	1.081.020,54	631.428,60	973.900,00	856.407,00	675.498,00	716.160,00
(-) Aplicações Financeiras	24.520,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	71.777.528,37	78.052.871,25	87.859.290,00	84.527.879,00	91.834.148,00	98.855.022,00
Outras Receitas Correntes	119.168,62	32.985,24	5.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.974.800,00	1.974.800,00	1.974.800,00	1.974.800,00
RECEITA DE CAPITAL AJUSTADA (B)	0,00	0,00	1.864.800,00	1.864.800,00	1.864.800,00	1.864.800,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	1.764.800,00	1.764.800,00	1.764.800,00	1.764.800,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
(-) Receita Redutora do Fundeb (C)	6.318.261,53	6.978.043,76	7.457.800,00	8.080.462,00	8.132.759,00	8.712.206,00
Receitas Correntes+Receitas de Capital - Dvd do Fundeb	71.273.757,29	77.349.235,29	89.660.000,00	84.966.740,00	92.720.637,00	99.657.958,00
TOTAL (I) = (A+B) - (C)	70.192.736,75	76.717.806,69	88.576.100,00	84.220.333,00	91.935.139,00	98.831.798,00
DESPESAS CORRENTES	61.824.914,78	73.219.942,10	74.966.030,00	76.431.740,00	84.160.637,00	91.092.958,00
DESPESA CORRENTE AJUSTADA (C)	61.824.914,78	73.219.942,10	74.966.030,00	76.421.740,00	84.150.637,00	91.082.958,00
Pessoal e Encargos Sociais	42.545.568,78	48.737.267,08	49.783.500,00	50.916.989,00	55.902.841,00	60.027.860,38
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Outras Despesas Correntes	19.279.346,00	24.482.675,02	25.172.530,00	25.804.754,00	28.247.796,00	31.055.097,62
DESPESAS DE CAPITAL	2.872.944,30	5.784.889,76	14.393.970,00	8.255.000,00	8.260.000,00	8.265.000,00
DESPESA DE CAPITAL AJUSTADA (D)	1.635.091,00	4.541.457,36	13.143.970,00	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00
Investimentos	1.635.091,00	4.541.457,36	13.143.970,00	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	1.237.853,30	1.243.423,40	1.250.000,00	1.255.000,00	1.260.000,00	1.265.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (E)	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Desp. Correntes+Desp. de Capital+Reserva	64.697.859,08	79.004.822,86	89.660.000,00	84.966.740,00	92.720.637,00	99.657.958,00
TOTAL (II) = (C+D+E)	63.460.005,78	77.761.399,46	89.400.000,00	85.721.740,00	91.450.637,00	98.382.958,00
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	6.732.730,97	-1.043.592,77	176.100,00	498.593,00	484.502,00	448.840,00

Obs.: 1) 2017 a 2018 - Realizada  
2) 2019 - Orcada  
3) 2020 a 2022 - Estimada

OBSERVAÇÃO: O Índice utilizado para a atualização das receitas e despesas dos anos de 2020 a 2022 foi a variação dos últimos três anos, combinado com índices do Governo Federal, conforme tabela abaixo:

	2020	2021	2022
IPCA	4,000	3,750	3,750
PIB	0,001	0,001	0,001

Obs.: 4) Os índices de inflação e PIB foram extraídos no Site do Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br>)